



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

CNPJ 78.063.732/0001

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Tambaíba, 98 FONE: 43-35471412 CEP 84285-000 - e-mail:
figueirasaude@gmail.com

FIGUEIRA, 24/08/2023

OFÍCIO/MEMORANDO 0293/2023

EXMO SR

JOSÉ CARLOS CONTIERO

PREFEITO MUNICIPAL

AQUISIÇÃO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN – RESOLUÇÃO SESA 1086/2021

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2021.

Solicito aquisição do VEÍCULO TIPO VAN 1086/2021, conforme processo de Licitação nº 017/2023, processo administrativo nº 24/2023.

- ❖ RESOLUÇÃO SESA 1086/2023- PROTOCOLO Nº 173968/2021
- ❖ TRANSPORTE SANITÁRIO VAN – R\$ 170.000,00
- ❖ RENDIMENTOS = 29.441,30
- ❖ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2023 – R\$ 265.000,00
- ❖ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2023
- ❖ **TOTAL DO VALOR EM CONTA Nº 49.496-8= R\$ 29.441,30**
- ❖ CONTRAPARTIDA MUNICIPAL = R\$ 65.558,70

Atenciosamente


MARCÍLIO ALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



Extrato de Conta Corrente

G333240915348343010
24/08/2023 09:22:11

Cliente - Conta atual

Agência 602-5
Conta corrente 49496-8 RES 1086-2021-AMBULAN-VAN
Período do extrato Mês atual

Lançamentos


Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
11/10/2022		Saldo Anterior			0,00 C
		Invest. Resgate Autom.			199.441,30 C
		Saldo			199.441,30 C
		Juros *			0,00
		Data de Debito de Juros			31/08/2023
		IOF *			0,00
		Data de Debito de IOF			01/09/2023
		Saldo de fundos de investimento			199.441,30
		BB RF CP Automático			

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JD483949 JOSE CARLOS CONTIERO.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

 ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL FIGUEIRA CNPJ: 78.063.732/0001-18 Telefone: (43) 3547-1114 Endereço: Rua Dr. Zoilo Meira Simões, 410 - Centro CEP: 84285-000 - Figueira	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 17/2023
	Processo Adm.: 24/2023 Data do Processo: 18/04/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 15, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 24/2023
b) Nr. Licitação: 17/2023 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 17/08/2023
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VAN 16 LUGARES 0 KM (ZERO KM) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participante: R & R LOCADORA DE VEICULOS E COMERCIO DE PEÇAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	VEÍCULO VAN 0 KM	1,000	UNI	265.000,00	265.000,00
Total do Participante:					265.000,00
Total Geral:					265.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	05.001.10.301.0004.2005.4.4.90.52.00	R\$ 6.500,00
GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	05.001.10.301.0004.2005.4.4.90.52.00	R\$ 160.000,00
GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	05.001.10.301.0004.2005.4.4.90.52.00	R\$ 182.975,00

Figueira, 23 de Agosto de 2023

JOSE CARLOS CONTIERO
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

RESOLUÇÃO SESA nº 1086/2021

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2021.

O **Secretário de Estado da Saúde**, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º da lei nº 19.848, de 03 de maio de 2.019, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e, considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro,

- Considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- Considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere”;

- Considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- Considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;

- Considerando a Resolução SESA nº 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde –

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, nº 170 – Rebouças – CEP: 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400
www.saude.pr.gov.br – gabinete@sesa.pr.gov.br


Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade “Fundo a Fundo”.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução 769/2019, via e-Protocolo Digital, nos termos do Decreto nº 5.389, de 24 de outubro de 2016.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de habilitação e autorização do repasse do referido Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de dezembro de 2021.


Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, nº 170 – Rebouças – CEP: 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400
www.saude.pr.gov.br – gabinete@sesa.pr.gov.br

2

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA nº 1086/2021
MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO
FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR
ALTO PARANÁ	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
AMPÉRE	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
CAMPINA DA LAGOA	VAN	R\$170.000,00
CAMPO BONITO	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
CANTAGALO	VAN	R\$170.000,00
CORONEL VIVIDA	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
FIGUEIRA	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
FIGUEIRA	VAN	R\$170.000,00
MATINHOS	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
PIÊN	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
REALEZA	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
RESERVA	AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO	R\$170.000,00
TERRA BOA	VAN	R\$170.000,00

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, nº 170 – Rebouças – CEP: 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400
www.saude.pr.gov.br – gabinete@sesa.pr.gov.br

3

ATA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos dias treze de dezembro de dois mil e vinte um, Conselho Municipal se reuniu em reunião, onde o presidente do conselho Luiz Rosa de Souza deu início com uma oração e logo em seguida passou a palavra para o Secretário Municipal de Saúde Dr Andres Perez Santos informou a pauta da reunião: 1) SOLICITAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - RESOLUÇÃO SESA Nº 1.071/2021, 2) RESOLUÇÃO SESA 1086/2021: AMBULANCIA SUPORTE BASICO - R\$ 170.000,00, LEI COMPLEMENTAR 181/2021: 3) a LC 172, 4) RECURSOS SUS.CUSTEIO: VALOR R\$ 478.614,01. 1) SOLICITAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - RESOLUÇÃO SESA Nº 1.071/2021: Marli Ytsuko Fukshima falou sob adesão do Município de Figueira Paraná, conforme RESOLUÇÃO SESA 1.071/2021 que *Habilita os Municípios a pleitearem adesão aos Programas estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde-Qualificação da Atenção Primária, visando o incentivo financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para as Unidades de Atenção Primária, no exercício de 2021.* Figueira possui 03 (três) Unidades Básicas de Saúde e estes dispositivos visam aprimorar o processo de trabalho, promovendo agilidade, integração e melhoria na qualidade de informações e alimentação do sistema. É uma forma de valorizar o importante papel dos agentes para a saúde da população, potencializando ainda mais os serviços. Com a aquisição dos equipamentos, será aperfeiçoado o atendimento aos usuários da Rede SUS, com maior qualidade e eficiência, trazendo benefícios, e o aumento na velocidade de compartilhamento de informação com o restante da equipe e; redução no tempo de cadastramento e atualização dos cadastros da população no território. 2) 01 (UMA) AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO - R\$ 170.000,00 e 01 (UMA) VAN - R\$ 170.000,00 que *Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde - Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2021.* - Considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE; - Considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "A Direção Estadual do Sistema Unico de Saúde", em seu Item III - "competete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde"; - Considerando a Resolução SESA nº 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo. Figueira contemplando mais uma AMBULÂNCIA e uma VAN em benefício da população. 3) LEI COMPLEMENTAR 181/2021: a LC 172 sancionada disciplinou que a transposição e a transferência de saldos financeiros aplicavam-se tão somente durante a vigência do estado de calamidade pública de que tratou o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, ou seja, até dia 31 de dezembro de 2020. Desta forma, para viabilizar a reprogramação dos saldos em 2021 era necessária a alteração do prazo previsto na Lei Complementar nº 172. Desta forma, a Lei Complementar nº 181, sancionada e publicada em 06 de maio de 2021, promoveu a devida prorrogação da vigência da Lei Complementar 172 para até 31 de dezembro de 2021. Transposição: É a realocação de recursos financeiros entre programas de trabalho, no âmbito do orçamento de um mesmo órgão: a Secretaria Municipal de Saúde. Ou seja, trata-se da possibilidade da utilização do recurso de uma dotação orçamentária, dedicada a um programa em um outro programa desde que previsto no Plano Municipal de Saúde. Exemplo: Município finalizou em 2017, com recursos próprios do tesouro municipal, a construção de uma Unidade Básica de Saúde, projeto que foi pactuado com o Ministério da Saúde. Cumprido o objeto da pactuação o gestor vai realizar transposição do saldo remanescente para a compra de um equipamento de Raio X. Transferência: É a realocação de recursos financeiros entre as categorias econômicas de despesas, no orçamento de um órgão (Secretaria Municipal de Saúde) e do mesmo programa de trabalho. Esta operação possibilita realocações de recursos entre categorias econômicas (corrente e capital), na mesma categoria programática (Atividade, Projeto ou Operação Especial). Todos os municípios que têm saldos financeiros em conta no dia 31 de dezembro de 2020 podem fazer a reprogramação destes recursos por meio da transposição e transferências. Mas para isso é preciso atender aos seguintes requisitos: ● Cumprimento dos objetos e dos compromissos previamente estabelecidos em atos normativos específicos expedidos pela direção do SUS, compromissos estes pactuados na CIT e que tem como instrumento de repasse Portarias do Ministério da Saúde. ● Que os objetos e os compromissos que foram executados constem nos Relatório Anual de Gestão. As metas devem aparecer no RAG como cumpridas demonstrando que o planejado foi executado. Quanto aos valores financeiros não se deve transferir os recursos para as contas dos Blocos de Manutenção (CUSTEIO) e Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO) que são atualmente utilizadas pelo Ministério da Saúde para o repasse dos recursos federais. As modificações são apenas orçamentárias e os valores serão executados a partir

das respectivas contas. Vale lembrar que em decorrência do Termo de Ajuste de Conduta, assinado entre os Agentes Financeiros - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e o Ministério Público Federal, o Município está impedido de transferir os recursos disponíveis nas contas financeiras abertas pelo Fundo Nacional de Saúde. **4) RECURSOS SUS CUSTEIO: VALOR R\$ 478.614,01:** Geandro Cicero de Lima contador da Prefeitura Municipal de Figueira, falou do financiamento do SUS é oriundo de recursos financeiros do Orçamento da Seguridade Social, além de recursos da União, dos Estados, dos Municípios e de outras fontes. Na esfera municipal, os Fundos Municipais de Saúde (FMS) são os gestores financeiros, através das Secretarias Municipais de Saúde. As transferências dos incentivos financeiros da APS aos municípios são efetuadas em conta específica para esse fim, de acordo com a normatização geral de transferências de recursos fundo a fundo do Ministério da Saúde, com o objetivo de facilitar o acompanhamento pelos Conselhos de Saúde no âmbito dos municípios, dos estados e do Distrito Federal. Os recursos financeiros destinados à viabilização de ações de Atenção Primária à Saúde compõem parte dos Blocos de Financiamento de Saúde (Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde) e, como recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), devem observar o disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e nas Leis Orgânicas da Saúde (Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90). Os recursos financeiros referentes a esse bloco são destinados à manutenção da oferta e continuidade da prestação das ações e serviços públicos de saúde e ao funcionamento dos órgãos e estabelecimentos responsáveis pela implementação dessas ações e serviços, conforme a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017. Os recursos financeiros desse bloco se configuram como recurso de despesa corrente (custeio). No âmbito da Atenção Primária, esse bloco inclui, entre outros, os incentivos financeiros de Capitação Ponderada, Pagamento por Desempenho, Incentivo de Ações Estratégicas e Informatiza APS. O estabelecimento das fontes de recursos para custear as despesas com ações e serviços públicos de saúde atende a um dos pilares da "Seguridade Social", fazendo valer o direito de acesso da população. Para garantir tanto o acesso da população como o financiamento do SUS foi criado Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), que constitui instrumento para o acompanhamento do cumprimento do dispositivo constitucional que determina, em orçamento, a aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde (ASPS). O SIOPS é o sistema informatizado, de alimentação obrigatória e acesso público, operacionalizado pelo Ministério da Saúde, instituído para coleta, recuperação, processamento, armazenamento, organização, e disponibilização de informações referentes às receitas totais e às despesas com saúde dos orçamentos públicos em saúde. O sistema possibilita o acompanhamento e monitoramento da aplicação de recursos em saúde, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas. E no SIOPS que gestores da União, estados e municípios declaram todos os anos os dados sobre gastos públicos em saúde. Como as ações foram executadas, boa parte com recursos próprios, e podendo ser consultadas no PEC, relatórios e indicadores, desta forma estes valores do SUS CUSTEIO serão para pagamentos da folha dos profissionais da saúde da Atenção Primária. **5) RESOLUÇÃO SESA 1083/2021: 01 (UM) VEÍCULO:** que "Habilita os municípios a receberem veículo por meio de doação, às equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e da Atenção Primária (eAP) aos municípios integrantes do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde", considerando, ainda, que o Mapa Estratégico da SESA/PR, estabelece como processo implementar a Rede de Atenção à Saúde, com linhas de cuidado prioritárias (criança, mulher, idoso, pessoa com deficiência, urgência, saúde mental, condições crônicas), fortalecendo a Atenção Primária à Saúde, integrada e articulada à Atenção Ambulatorial e Hospitalar, para o fortalecimento da Regionalização da Saúde. - considerando a Deliberação CIB/PR nº 17, de 25 de fevereiro de 2013, que aprova a Rede Paraná Urgência, e as suas diretrizes, tendo como componente a Atenção Primária à Saúde, estabelecendo ações de aquisição de ambulâncias para que os municípios possam prestar atendimento domiciliar e realizar transporte de pacientes sem risco iminente de vida; - considerando a situação de emergência de saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência da Doença pelo Coronavírus (COVID-19) e das medidas a serem tomadas pelos Estados e Municípios; - considerando a necessidade de fortalecer a Atenção Primária à Saúde em seu papel de ordenadora dos demais níveis de atenção do sistema de saúde; qualificar o acesso e a capacidade resolutiva dos sistemas municipais de saúde; articular e consolidar a Rede de Atenção à Saúde, com a finalidade de dar respostas às expectativas e necessidades da população no cuidado e promoção da saúde; - considerando a responsabilidade da SESA/PR de apoiar os municípios frente às dificuldades da administração municipal; - considerando o compromisso da SESA/PR em investir na qualificação da Atenção Primária à Saúde no Paraná, apoiando os municípios nesse processo. Devolvida a palavra ao presidente Luiz Rosa onde colocou em aprovação a pauta da reunião, onde foi aprovado com unanimidade pelos conselheiros. Nada a mais havendo a tratar pediu que eu Magda Aparecida Lopes lavrasse a presente ata onde vai assinada por pelo presidente e os demais conselheiros. Figueira/Pr, 13 de dezembro de 2021.





CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRA

Rua Tambaíba, 98 - centro

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARA APROVAÇÃO DA PAUTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA: 12/12/2021

	NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
01	Cristiane Mendes Almeida	77528580	
02	Marli Y. T. K. ...	41334504	
03	Lucia Loucos Antunes		
04	Rosario Mendonça de Lima	15.943.701-5	
05	Ulysses P. de Almeida	trabalhador	
06	Adriana Rosa de Jesus	trabalhador	
07	Raul Rosa de Jesus	VZUAPLO	
08	JOÃO CARLOS NOGUEIRA	PREFEITURA 6.800811-5	
09	Roberto Pereira Santos	SUS	
10	Felício Delfino de Oliveira	AMPA	
11	Georgina Cícero da Silva	PREFEITA	
12	Marcelo ...	Secretaria de Saúde	
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
35			
36			




CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRA
Rua Tambaíba, 98 – centro – CEP 84.285-000
FIGUEIRA – PR

RESOLUÇÃO Nº 006/2021

O Conselho Municipal de Saúde de Figueira, em reunião extraordinária realizada em treze de dezembro de dois mil e vinte um, no uso das prerrogativas conferidas pela lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal 160/93 de 02/04/93 e Lei nº 709 de 04/09/09; Resolve APROVAR:

- **RESOLUÇÃO SESA 1086/2021: 01 (UMA) VAN – R\$ 170.000,00** que “Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2021.”
- **Art. 1º** - aprovado por unanimidade – Resolução SESA 1086/2021 01 (uma) VAN – R\$ 170.000,00)
- **Art 2º** - Esta Resolução entra em Vigor na data de sua publicação.

Figueira, 15 de dezembro de 2021


Luiz Rosa de Souza
Presidente
Conselho Municipal de Saúde
LUIZ ROSA DE SOUZA
Presidente do CMS




CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRA
Rua Tambaíba, 98 – centro – CEP 84.285-000
FIGUEIRA – PR

RESOLUÇÃO Nº 006/2021

O Conselho Municipal de Saúde de Figueira, em reunião extraordinária realizada em treze de dezembro de dois mil e vinte um, no uso das prerrogativas conferidas pela lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal 160/93 de 02/04/93 e Lei nº 709 de 04/09/09; Resolve APROVAR:

- **RESOLUÇÃO SESA 1086/2021: 01 (UMA) VAN – R\$ 170.000,00** que “Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2021.”
- **Art. 1º** - aprovado por unanimidade – Resolução SESA 1086/2021 01 (uma) VAN – R\$ 170.000,00)
- **Art 2º** - Esta Resolução entra em Vigor na data de sua publicação.

Figueira, 15 de dezembro de 2021


Luiz Rosa de Souza
Presidente
Conselho Municipal de Saúde

LUIZ ROSA DE SOUZA
Presidente do CMS